

☆ continuação

A rubrica "Provisão/Reversão para contingência" refere-se ao reconhecimento ou reversão de provisões relativos a ações cíveis com probabilidade de perda provável segundo julgamento dos assessores jurídicos da Companhia. **18. Resultado financeiro:**

	2014	2013
Receitas financeiras		
Rendas	342	160
	342	160
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(1.304)	(1.586)
Juros de mora	(33)	(32)
Outras despesas	(3)	(1)
	(1.340)	(1.619)
	(998)	(1.459)
19. Provisão para IR e CS:	2014	2013
IR corrente e diferido	(181)	(269)
CS corrente e diferido	(487)	(105)
	(668)	(374)

A tributação é pelo Lucro Real, é utilizada a base de estimativa mensal e balancete de suspensão, se conveniente. A taxa efetiva de imposto difere da taxa nominal, principalmente pela utilização de prejuízo fiscal não reconhecido anteriormente e de despesas não dedutíveis para fins fiscais. **20. Instrumentos financeiros (CPC 14): Identificação e valorização dos instrumentos financeiros:** A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

	Saldo contábil	Valor de mercado (não auditado)
Caixa e equivalente de caixa	5.487	5.487
Clientes	1.065	1.065
Fornecedores	(804)	(804)
Empréstimos e financiamentos	(16.119)	(16.119)
	(10.371)	(10.371)

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa

descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores há três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. **Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar:** Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização. **Financiamentos:** O valor contábil dos empréstimos e financiamentos em Reais tem suas taxas atreladas à variação do CDI e se aproxima do valor de mercado. Para os demais empréstimos e financiamentos, inclusive os denominados em moeda estrangeira, a diferença entre o valor contábil e o valor de mercado, apurada pelo método do fluxo de caixa descontado. **21. Gestão de riscos:** Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos a pagar, contas a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui contas a receber de cliente e outras contas a receber, depósitos à vista e de curto prazo que resultam diretamente de suas operações. A Companhia está exposta a risco de taxas de juros, risco de crédito e risco de liquidez. **Risco de taxa de juros:** Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis e correção monetária vinculada a índices. **Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros. O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A Companhia possui

autonomia para realizar cobranças administrativas e judiciais caso o cliente não cumpra suas obrigações. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Companhia e o risco é minimizado na alocação de recurso com entidades de primeira linha e de grande porte. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez decorre das decisões da administração da Companhia, do capital de giro e dos encargos financeiros e amortização principal dos instrumentos de dívida. É o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com suas obrigações financeiras conforme elas vençam. A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente, analisando e projetando as entradas e saídas de recursos de curto prazo, avaliando sempre novas formas de financiamento caso ocorram erros nas projeções desses recursos de giro. **22. Outras informações: a. Operações com instrumentos derivativos:** A Companhia não opera com instrumentos derivativos. **b. Índice de cobertura do serviço da dívida junto ao BNDES - A+B/C**

	2014	2013
A - Geração de caixa da atividade	11.524	16.961
EBITDA	5.530	11.832
IRPJ	487	269
CSLL	181	105
Variação do capital de giro	6.662	4.755
B - Conta de Consumo de Combustível (CCC)	-	-
C - Serviço da dívida	5.505	5.837
Amortização de principal	4.003	4.251
Pagamento de juros	1.502	1.586
D - Índice de cobertura do serviço da dívida =A+B/C	2,09	2,91

23. Seguros (não auditado): A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Filadelfo dos Reis Dias - Diretor Presidente
RG: 152.052 SSP/MT - CPF: 047.942.901-44

Fernando Antonio Bertin - Diretor Administrativo Financeiro
RG: 7.774.333 SSP/SP - CPF: 001.854.238-76

Gisely Ribeiro Dias Campos - Contadora
CRC 1MT0069790-0 "S" PA - CPF: 651.416.791-87

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da **Buriti Energia S.A.** Cuiabá - MT - Examinamos as demonstrações contábeis da **Buriti Energia S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as

demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente, se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Base para opinião com ressalva:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7, a Companhia realiza transações significativas com partes relacionadas. Entre as operações, há contratos cujo o pa-

gamento das parcelas está condicionado a sobra de fluxo de caixa. Não foi apresentado o fluxo de caixa projetado até o prazo de quitação da dívida, nos impossibilitando de avaliar a correta segregação da dívida no passivo circulante e não circulante, apurar a sobra de caixa para pagamento das parcelas, mensurar a possível incidência dos juros e correções, determinados em condição suspensiva no contrato e demais reflexos. Dessa forma, ficamos impedidos de concluir nossas análises sobre os possíveis efeitos originados dessa transação nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014. **Opinião com ressalva:** Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Buriti Energia S.A.** em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Campo Grande, 27 de julho de 2016. **BDO RCS Auditores Independentes SS - CRC 2 SP 013846/O-1 - S - MT; Francisco de Paula dos Reis Júnior** - Contador CRC 1 SP 139268/O-6 - S - MT; **José Martins Alves** - Contador CRC 1 MS 009938/O-0 - S - MT.

Protocolo: 205655

